



Boletim do Professor

Campanha Salarial terá negociação unificada no estado

Depois de muitos anos, Fepesp e as outras duas federações de trabalhadores em educação - Fepaae e Fette - vão atuar em conjunto nas negociações salariais do ensino superior.

A luta vai abranger o estado inteiro e isso é bom para toda a categoria!

Federações vão negociar em conjunto para todo o estado

Reunião na sede da Fepesp, em 06/02, selou acordo entre as três federações de trabalhadores em educação (Fepesp, Fepaae e Feteesp) para que atuem em conjunto nas negociações salariais com o Semesp, sindicato patronal do ensino superior.

As entidades vão apresentar aos patrões uma pauta unificada, que terá como base as reivindicações aprovadas nas assembleias e que os sindicatos da Fepesp estão divulgando nos boletins da Campanha. As federações também discutiram um calendário de trabalho para os próximos meses. A proposta, que ainda será apresentada ao Semesp, prevê a realização de um mínimo de 10 rodadas de negociação entre os dias 18/02 e 22/03.

A ideia é intensificar as negociações para que até o final de março haja uma proposta de Convenção Coletiva, inclusive de reajuste salarial. O objetivo é evitar que as discussões se arrastem por muitos meses, a exemplo da última Campanha Salarial, quando a Convenção só foi assinada em junho. O acordo entre as três federações supera divergências políticas pontuais e representa um avanço na luta pela melhoria das condições de trabalho e de salário, além de unificar as Convenções Coletivas em todo o Estado de São Paulo.

A organização sindical no estado

Além da Fepesp, existem no estado de São Paulo outras duas entidades: a Fepaae (Federação Paulista dos Auxiliares de Administração Escolar) e a Fete (Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo). Elas se distinguem pela região em que atuam e pela categoria que representam.

A Fepesp é formada por 24 sindicatos ([veja mapa e endereços](#)). Destes, 17 representam exclusivamente professores e 7 são entidades que reúnem simultaneamente professores e auxiliares de administração escolar. A área geográfica abrange grandes centros urbanos, inclusive a maior parte das três regiões metropolitanas, com alta concentração da rede privada de ensino. Por esse motivo, os sindicatos que integram a Fepesp representam a maior parte dos professores da rede privada de educação básica e de ensino superior.

A [Fepaae](#) é formada por 20 sindicatos, sendo 13 exclusivamente de auxiliares de administração escolar e 5 de professores e auxiliares. A exemplo do que ocorre na Fepesp em relação aos professores, os sindicatos que integram a Fepaae representam a maior parte dos auxiliares de administração escolar.

A [Feteesp](#) reúne dez sindicatos de professores e de auxiliares de administração escolar no estado de São Paulo.

Uma das consequências das negociações em separado foi a assinatura de Convenções Coletivas diferentes, de acordo com a cidade em que o professor ou o auxiliar trabalhava. Agora, um dos desafios é unificar os direitos coletivos em todo o estado.



Campanha Salarial 2013

Foi dada a largada da Campanha Salarial 2013

O Sinpro Santos começa a distribuir aos professores de Ensino Superior e professores do SESI e SENAI os primeiros materiais informativos da Campanha Salarial 2013. São três boletins – um para cada segmento – que detalham as reivindicações e os desafios das negociações, que começam em fevereiro.

Além dos periódicos impressos, a categoria vai contar com o Blog da Campanha, que será lançado em fevereiro. Nele, os professores poderão interagir e ter acesso a notícias sempre atualizadas e receber boletins ao final de cada rodada de negociação.

Coordenada pela Fepesp, a Campanha Salarial envolve o Sinpro Santos e outros vinte e três sindicatos, que representam quase 90% de todos os professores da rede privada no Estado de São Paulo.

As negociações deste ano abrangem apenas o ensino superior e o Sesi e Senai. Na educação básica, a Convenção Coletiva foi assinada por dois anos e o reajuste em 2013 já está garantido: reposição da inflação, 2% de aumento real e 24% de Participação nos Lucros.

Reivindicações

Reposição integral da inflação, aumento real de 3% e participação nos lucros ou resultados compõem as principais reivindicações salariais. No âmbito das condições de trabalho e direitos coletivos, as pautas são diferentes e procuram responder às questões específicas de cada segmento da categoria.

A pauta dos professores de ensino superior, por exemplo, prevê remuneração pelo uso de novas tecnologias na educação, regulamentação da aula a distância e adicional por titulação, entre outras.

Já no Sesi e Senai, os professores querem pagamento pelo trabalho extraclasse e condições para a sua execução, plano de carreira e recesso de trinta dias, sem convocação para cursos e atividades.

Todas as propostas foram definidas pelos professores, em assembleias realizadas no final de 2012 nos vinte e quatro sindicatos que integram a Fepesp. As deliberações foram depois integradas e deram origem às pautas que agora serão apresentadas aos patrões.



Medidas de proteção ao professor contra violência serão examinadas pela CDH

Iara Farias Borges

Aguarda decisão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o projeto de lei que estabelece medidas de socialização e de proteção a casos de violência contra professores. A proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na CDH, a matéria já havia recebido relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pela rejeição. Porém, os senadores Paim e Cristovam Buarque (PDT-DF) requereram a realização de audiência pública para discutir o assunto com especialistas. Com isso, o relator decidiu reexaminar o projeto de lei do Senado ([PLS 191/2009](#)).

Segundo a assessoria de Ricardo Ferraço, ele discutiu o assunto com a categoria e vai apresentar substitutivo à proposta para garantir segurança aos profissionais de educação.

O PROJETO

De acordo com a proposta, configura violência contra o professor ações, em razão da relação de educação, praticadas direta ou indiretamente por aluno, seus pais ou responsáveis legais e que causem lesão corporal, dano patrimonial ou morte do docente no exercício da profissão.

Pelo projeto, as escolas deverão instituir mecanismos internos para solucionar conflitos entre professores e alunos, bem como manter equipe multidisciplinar com profissionais das áreas psicossocial e de saúde.

Segundo Paulo Paim, a iniciativa da proposta deve-se a dados apresentados em estudo das pesquisadoras Tânia Mendes e Juliana Mousquer, que mostram a violência contra professores e o sentimento de insegurança que enfrentam na sala de aula. De acordo com a pesquisa, em 2003, 86% dos professores admitiram haver violência em seu ambiente de trabalho.

Esse estudo, como observou o relator da matéria na CE, o ex-senador Gerson Camata (PMDB-ES), indica que 89% dos docentes gostariam de contar com normas legais que os protegessem de agressões por parte dos estudantes. “A proposição surge, de maneira louvável, como forma de proteger os docentes”, disse Camata em seu parecer pela aprovação da matéria.

Na CDH, o senador Ricardo Ferraço apresentou um primeiro relatório opinando pela rejeição do projeto por entender que a proposta poderia limitar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – [lei 8.069/1990](#)). Ele argumentou no texto que as medidas socioeducativas sugeridas no projeto não apresentam inovações relevantes em relação ao que já está previsto na legislação vigente.

Ricardo Ferraço ponderou ainda em seu primeiro relatório que a sociedade brasileira já superou e abandonou o método repressivo para investir em educação para a cidadania, mais condizente com um estado democrático. Disse também que a violência verificada nas escolas pode ter relação com o despreparo de muitos profissionais da educação para lidar com o problema. Ele sugeriu investimento na qualificação dos profissionais, bem como no envolvimento de pais, alunos, educadores, polícia e comunidade para construir um ambiente de segurança.

Depois da decisão da CDH, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual receberá decisão terminativa. Se aprovada e não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado, poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

Pesquisador afirma que estrutura das escolas adoecce professores

Para historiador da USP, sociedade critica todos os aspectos do cotidiano escolar, mas se esforça para mantê-los da mesma forma. Ele propõe discutir o “rompimento” das estruturas.

O ambiente escolar me dá fobia, taquicardia, ânsia de vômito. Até os enfeites das paredes me dão nervoso. E eu era a pessoa que mais gostava de enfeitar a escola. Cheguei a um ponto que não conseguia ajudar nem a minha filha ou ficar sozinha com ela. Eu não conseguia me sentir responsável por nenhuma criança. E eu sempre tive muita paciência, mas me esgotei.”

O relato é da professora Luciana Damasceno Gonçalves, de 39 anos. Pedagoga, especialista em psicopedagogia há 15 anos, Luciana é um exemplo entre milhares de professores que, todos os dias e há anos, se afastam das salas de aula e desistem da profissão por terem adoecido em suas rotinas. Para o pesquisador Danilo Ferreira de Camargo, o adoecimento desses profissionais mostra o quanto o cotidiano de professores e alunos nos colégios é “insuportável”. “Eles revelam, mesmo que de forma oblíqua e trágica, o contraste entre as abstrações de nossas utopias pedagógicas e a prática muitas vezes intolerável do cotidiano escolar”, afirma.

O tema foi estudado pelo historiador por quatro anos, durante mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Na dissertação *O abolicionismo escolar: reflexões a partir do adoecimento e da deserção dos professores*, Camargo analisou mais de 60 trabalhos acadêmicos que tratavam do adoecimento de professores. Camargo percebeu que a “epidemia” de doenças ocupacionais dos docentes foi estudada sempre sob o ponto de vista médico. “Tentei mapear o problema do adoecimento e da deserção dos professores não pela via da vitimização, mas pela forma como esses problemas estão ligados à forma naturalizada e invariável da forma escolar na modernidade”, diz.

Luciana começou a adoecer em 2007 e está há dois anos afastada. Espera não ser colocada de volta em um colégio. “Tenho um laudo dizendo que eu não conseguiria mais trabalhar em escola. Eu não sei o que vão fazer comigo. Mas, como essa não é uma doença visível, sou discriminada”, conta. A professora critica a falta de apoio para os docentes nas escolas. “Me sentia remando contra a maré. Eu gostava do que fazia, era boa profissional, mas não conseguia mudar o que estava errado. A escola ficou ultrapassada, não atrai os alunos. Eles só estão lá por obrigação e os pais delegam todas as responsabilidades de educar os filhos à escola. Tudo isso me angustiava muito”, diz.

Viver sem escola: é possível?

Orientado pelo professor Julio Roberto Groppa Aquino, com base nas análises de Michel Foucault sobre as instituições disciplinares e os jogos de poder e resistência, Camargo questiona a existência das escolas como instituição inabalável. A discussão proposta por ele trata de um novo olhar sobre a educação, um conceito chamado abolicionismo escolar.

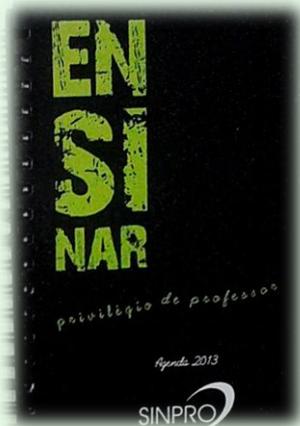
“Criticamos quase tudo na escola (alunos, professores, conteúdos, gestores, políticos) e, ao mesmo tempo, desejamos mais escolas, mais professores, mais alunos, mais conteúdos e disciplinas. Nenhuma reforma modificou a rotina do cotidiano escolar: todos os dias, uma legião de crianças é confinada por algumas (ou muitas) horas em salas de aula sob a supervisão de um professor para que possam ocupar o tempo e aprender alguma coisa, pouco importa a variação moral dos conteúdos e das estratégias didático-metodológicas de ensino”, pondera.

Ele ressalta que essa “não é mais uma agenda política para trazer salvação definitiva” aos problemas escolares. É uma crítica às inúmeras tentativas de reformular a escola, mantendo-a da mesma forma. “A minha questão é outra: será possível não mais tentar resolver os problemas da escola, mas compreender a existência da escola como um grave problema político?”, provoca. Na opinião do pesquisador, “as mazelas da escola são rentáveis e parecem se proliferar na mesma medida em que proliferam diagnósticos e prognósticos para uma possível cura”.

Problemas partilhados

Suzimeri Almeida da Silva, 44 anos, se tornou professora de Ciências e Biologia em 1990. Em 2011, no entanto, chegou ao seu limite. Hoje, conseguiu ser realocada em um laboratório de ciências. “Se eu for obrigada a voltar para uma sala de aula, não vou dar conta. Não tenho mais estrutura psiquiátrica para isso”, conta a carioca. Ela concorda que a estrutura escolar adoecce os profissionais. Além das doenças físicas – ela desenvolveu rinite alérgica por causa do giz e inúmeros calos nas cordas vocais –, Suzimeri diz que o ambiente provoca doenças psicológicas. Ela, que cuida de uma depressão, também reclama da falta de apoio das famílias e dos gestores aos professores. “O professor é culpado de tudo, não é valorizado. Muitas crianças chegam cheias de problemas emocionais, sociais. Você vê tudo errado, quer ajudar, mas não consegue. Eu pensava: eu não sou psicóloga, não sou assistente social. O que eu estou fazendo aqui?”, lamenta.

NOVIDADES



Professor, não deixe de buscar sua Agenda 2013

A agenda é feita por professores e para professores, tem a cara da nossa categoria do começo ao fim. Além do caderno de uso diário, há a sessão de Direitos, um guia indispensável para professores de Educação Básica e Ensino Superior. São dezessete temas, com orientações e dicas que vão desde a admissão do professor até a sua saída do local em que leciona. **Para os professores sindicalizados a agenda já está à disposição para ser retirada aqui no sindicato. – Av. Ana Costa, 145, em Santos - Para os demais professores, ao se sindicalizarem receberão também este instrumento de organização feito especialmente para a categoria. Então, não deixe de se sindicalizar. A união é importante para manter a força do Sindicato. Vamos mudar juntos.**

SINDICALIZE-SE

A união é importante para manter este sindicato forte. E assim, podemos continuar a lutar pelos direitos da categoria. Professor, não deixe de se sindicalizar. O SINPRO Santos está aqui para apoiá-los. **Entre em nosso site e [sindicalize-se!](#)**

DENÚNCIA

Professor, não deixe passar nenhuma irregularidade na instituição em que você ensina. Entre em contato com o SINPRO Santos e denuncie pelo [site](#) ou telefone: 3234-1071



SINPRO SANTOS NAS REDES SOCIAIS

Para criar uma maior aproximação com você, professor, criamos uma página no [Facebook](#) e uma conta no Twitter. Estes novos meios serão mais uma ferramenta para deixá-los atualizados e manter contato com a categoria. Não deixe de acessar. [Facebook](#) e [Twitter](#)

NOVIDADES

Cursos de Tecnologias Digitais para Educadores
Até 35% de desconto para associados do SinPro-Santos!
 (11) 2937-5111 www.easas.blog.br
 (13) 3301-2442 www.easas.com.br

Planos com até
40%
 de Desconto*

Lembrando que o Sindicato estará fechado entre os dias 11, 12 e 13/02.

Retornamos na quinta-feira, dia 14 de fevereiro de 2013.

Aproveitem o Carnaval!!